



Avaliação de
Políticas Públicas
de Educação
Ambiental:
**interfaces entre
o Sistema
MonitoraEA
e a experiência
do Ibama**

ORGANIZADORES

Mariana Gutierrez Arteiro da Paz
Maria Henriqueta Andrade Raymundo
Evandro Albiach Branco
Kelly Monaco Coletti
Simone Portugal
Celly Kelly Neivas dos Santos
Jakeline Borges de Souza
Isabela Kojin Peres



Sobre a publicação

Essa publicação é fruto do "Processo de Formação, Monitoramento, Avaliação e Comunicação sobre o Ciclo de Políticas Públicas no Contexto do Ibama", realizado junto às servidoras e aos servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O processo realizado no período de novembro/2020 a janeiro/2022 foi promovido pela Secretaria Executiva da ANPPEA em parceria com o Comitê Intersetorial Permanente de Educação Ambiental (CIPEA) do Ibama.

A Secretaria Executiva da ANPPEA é formada pelas instituições

- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)
- Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (FunBEA)
- Oca - Laboratório de Educação e Política Ambiental da ESALQ/USP

Organizadores do livro

Mariana Gutierrez Arteiro da Paz
Maria Henriqueta Andrade Raymundo
Evandro Albiach Branco
Kelly Monaco Coletti
Simone Portugal
Celly Kelly Neivas dos Santos
Jakeline Borges de Souza
Isabela Kojin Peres

Projeto gráfico e diagramação

Izabel Cristina Portugal / Pedro Luis Vieira

Revisão

Greta Benitez

Editores

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)
Articulação Nacional de Políticas Públicas e Educação Ambiental (ANPPEA)
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)

-
- A13 Avaliação de políticas públicas de educação ambiental: interfaces entre o Sistema MonitoraEA e a experiência do Ibama / organizadores, Mariana Gutierrez Arteiro da Paz, Maria Henriqueta Andrade Raymundo, Evandro Albiach Branco, Kelly Monaco Coletti, Simone Portugal, Celly Kelly Neivas dos Santos, Jakeline Borges de Souza, Isabela Kojin Peres. – São José dos Campos: INPE; ANPPEA; Brasília: IBAMA, 2022.
156p.
ISBN: 978-65-89159-02-5.
DOI: 10.29327/588886
IBI: <http://urlib.net/ibi/8JMKD3MGP3W34T/47TCCU2>
Número do IBI: 8JMKD3MGP3W34T/47TCCU2
1. Políticas públicas. 2. Educação ambiental. 3. Ibama. 4. MonitoraEA. I. Paz, Mariana Gutierrez Arteiro da. II. Raymundo, Maria Henriqueta Andrade. III. Branco, Evandro Albiach. IV. Coletti, Kelly Monaco. V. Portugal, Simone. VI. Santos, Celly Kelly Neivas dos. VII. Souza, Jakeline Borges de. VIII. Peres, Isabela Kojin.

CDU: 35:502

PROCESSO DE FORMAÇÃO COM O IBAMA NO CONTEXTO DO SISTEMA MONITORAEA: MEMÓRIAS E REFLEXÕES

DOI 10.29327/588886.1-1

*Evandro Albiach Branco
Mariana Gutierrez Arteiro da Paz
Maria Henriqueta Andrade Raymundo
Celly Kelly Neivas dos Santos
Simone Portugal*

O ato de refletir é libertador porque instrumentaliza o educador no que ele tem de mais vital: o seu pensar. Educador algum é sujeito de sua prática se não tem apropriado a sua reflexão, o seu pensamento. Não existe ação reflexiva que não leve sempre a constatações, descobertas, reparos, aprofundamento. E, portanto, que não nos leva a transformar algo em nós, nos outros, na realidade.

Madalena Freire, 2011

Introdução

O Sistema Brasileiro de Monitoramento e Avaliação de Projetos e Políticas Públicas de Educação Ambiental - MonitoraEA foi idealizado e criado a partir da concepção de políticas públicas de educação ambiental multicêntricas, com a possibilidade de estruturas articuladas em redes e que podem ser realizadas não apenas por governos, mas, também, por uma diversidade de organizações não governamentais (SECCHI, 2013; RAYMUNDO *et al.*, 2019).

Construído em um amplo processo participativo entre 2015 e 2019, o Sistema MonitoraEA está estruturado por meio de três pilares articulados, sendo eles: um conjunto de indicadores; ferramentas tecnológicas com uma plataforma digital; e processos educadores.

Vislumbrando contemplar o universo de possibilidades de políticas públicas de educação ambiental, o pilar de processos educadores é essencial para contribuir nos diálogos, nas reflexões e na construção de conhecimentos sobre os pressupostos teórico-práticos do monitoramento e da avaliação, bem como na articulação a partir dos territórios, aspecto imprescindível para a capilarização do sistema e identificação de oportunidades e sinergias entre os diversos proponentes destas políticas.

Traçando uma breve retrospectiva, o processo desenvolvido para se chegar ao Sistema MonitoraEA foi demarcado em 2014 com o Simpósio de Políticas Públicas de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, realizado pela Oca - Laboratório de Educação e Política Ambiental da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP) que promoveu um

diagnóstico participativo de âmbito nacional sobre as lacunas, demandas, potencialidades e sinergias das Políticas Públicas de Educação Ambiental (PPEA).

Dentre os encaminhamentos do Simpósio estavam a criação da Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA) e de uma plataforma digital com indicadores para monitorar e avaliar projetos e políticas de educação ambiental. Deste modo, no ano de 2015, em um evento público realizado pela Oca/ESALQ/USP¹, a ANPPEA foi criada com a missão de fortalecer as PPEA a partir de indicadores, monitoramento, avaliação e estratégias de sinergias diversas. Para dar materialidade às ações foi estabelecida sua secretaria executiva formada, naquele momento, pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Educação (MEC), Oca/ESALQ/USP, Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (FunBEA); Centro de Ciências do Sistema Terrestre do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (CCST/INPE) e o Instituto Engajados. Hoje é composta pela Oca/ESALQ/USP, Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (FunBEA) e LADIS/DIIAV/INPE².

Registra-se que a ANPPEA nasceu como “fruto de processos históricos de resistência do campo da EA, firmando-se e auto afirmando-se como política pública capaz de contribuir para a emancipação, a autonomia e a transformação do *status quo*, que se esvai pelo sistema de sociedade dominante” (RAYMUNDO *et al.*, 2019, P. 28).

Com a ANPPEA em ação, a trajetória avançou para o processo participativo de construção do Sistema Brasileiro MonitoraEA, contando com o engajamento de inúmeras organizações do poder público, sociedade civil e setor privado como articuladores regionais capilarizados em todo país. Este processo foi demarcado na publicação do caderno de indicadores do Sistema, lançado em dezembro de 2018 e pelo lançamento da primeira versão da plataforma do mesmo, em novembro de 2019, ambos em Brasília/DF.

Nessa breve retrospectiva, salienta-se que o Sistema MonitoraEA se estabeleceu por meio de um processo participativo no qual a formação dialógica teve papel central, com sua perspectiva teórico-prática de problematização da realidade vivenciada nos territórios e contextualizada no cenário político do país.

Após o lançamento do Sistema, a ANPPEA segue empenhada para aprofundar e desenvolver novos processos formativos com a pluralidade de atores formuladores e implementadores de políticas públicas de educação ambiental em todo o país. Nesse contexto, foi estabelecida uma cooperação técnica entre ela e o Comitê Intersetorial Permanente de Educação Ambiental (CIPEA) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), com propósito de realizar o “Processo de formação, monitoramento e comunicação sobre o ciclo de políticas públicas de educação ambiental do Ibama” buscando contribuir para o fortalecimento da educação ambiental deste órgão ambiental.

Desenvolvido entre novembro de 2020 e janeiro de 2022, o processo formativo contou com a participação de 37 servidoras(es) públicas(os) do Ibama de todas as regiões do país, sendo os mesmos lotados nos seguintes setores: Núcleos de Educação Ambiental (NEA) e Núcleos de Licenciamento das Superintendências Estaduais (SUPES); Diretoria de Licenciamento Ambiental (DILIC); Centro de

1 Realizado pela Oca - Laboratório de Educação e Política Ambiental da ESALQ/USP.

2 LADIS - Laboratório de Análise e Desenvolvimento de Indicadores para a Sustentabilidade do DIIAV/INPE - “Após a reestruturação proposta pela PORT/MCTI N° 3.446, de 10/09/2020, o CCST passa a ser denominado DIIAV - Divisão de Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade”.



Triagem de Animais Silvestres (CETAS); Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo); Centro Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (Cenima) e Ouvidoria, destacando-se que alguns participantes destes setores integram o CIPEA. Em razão do período de isolamento decorrente da pandemia de Covid-19, o processo aconteceu de forma remota, com encontros síncronos e assíncronos, totalizando uma carga horária de 160 horas/atividades.

A realização deste processo formativo enfatiza a relevância nacional histórica que este órgão federal representa para as políticas públicas de educação ambiental. Criado pela Lei nº 7.735/89, como uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Ibama é integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) o qual tem o dever de realizar Educação Ambiental (EA) conforme previsto na lei federal 9795/99 da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).

Entre 1989 e 2007, a educação ambiental do Instituto passou por momentos de fortalecimento interno e de colaborações em marcos relevantes de construção e manutenção das PPEA no Brasil. Destaca-se a criação dos NEAs capilarizados por todo país, bem como eventos relevantes dos quais o lócus da educação ambiental do Ibama foi protagonista, dentre eles, sua participação ativa nos preparativos da Rio-92; a colaboração para a criação das Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs); colaboração e assessoria na redação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) junto aos parlamentares e, a contribuição na construção de programas estaduais de Educação Ambiental. Em 2007 a educação ambiental dentro do órgão passou por desafios, pois a então Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEAM) foi extinta.

A retomada das ações articuladas da EA no Ibama se evidencia em 2016 com a criação do CIPEA, um comitê que tem a coordenação hospedada e apoiada pelo Cenima e com representantes de todas as unidades do Ibama. Até o primeiro semestre de 2022 esse Comitê funcionava como o ponto de convergência da EA do Ibama, mas, hoje, a EA do Instituto conta com o Núcleo de Programas de Educação Ambiental (NEA/Cenima), um locus específico para realizar o papel de articulador e apoiador da EA em todo o órgão.

O Ibama é, também, parte da história da ANPPEA e do Sistema MonitoraEA. Esteve desde o início dos debates em 2014, quando da realização do Simpósio de Políticas Públicas de Educação Ambiental, participando tanto da organização como da execução do evento (MORIMOTO *et al.*, 2019).

Por meio das articulações do CIPEA houve uma mobilização para que o Ibama participasse de todas as oficinas regionais no Brasil de construção do Sistema MonitoraEA, além de oficinas e rodas de conversa específicas com servidoras e servidores do órgão, presentes tanto no lançamento dos indicadores como no da própria plataforma MonitoraEA (MORIMOTO *et al.*, 2019).

Portanto, a formação realizada pela ANPPEA teve uma intencionalidade político-pedagógica de dar continuidade à cooperação técnica estabelecida, aos diálogos e processos formativos anteriores, buscando contribuir para o fortalecimento das políticas de educação ambiental.

O presente capítulo tem o objetivo de tecer e compartilhar reflexões geradas em um exercício de meta-análise realizado pela equipe pedagógica da ANPPEA a respeito desta formação. Tal análise utilizou-se de referências de grupo focal (MINAYO, 2004), de processos de sistematização de experiência (HOLLIDAY, 2006) e da relevância do registro e da reflexão (FREIRE, 2011).

Os pontos focais do diálogo, nos quais está estruturado este capítulo passaram por questões como: i) Qual a relevância do processo formativo como um dos pilares do Sistema MonitoraEA?;

- ii) Quais foram os caminhos pedagógicos norteadores do processo formativo com o Ibama? ; e
- iii) Quais os desafios e aprendizados obtidos pela equipe pedagógica? A seguir, apresentamos o resultado das reflexões coletivas.

O Monitoramento e a Avaliação na perspectiva político-pedagógica

Falar em avaliação e monitoramento de políticas públicas extrapola a área da educação ambiental, pois, demanda um arcabouço teórico presente nas áreas de ciência política, gestão pública, economia, entre outras. A aproximação entre diferentes campos de conhecimento implica novos desafios - teóricos, conceituais e metodológicos, neste caso, materializados nos instrumentos de monitoramento e avaliação de PPEA desenvolvidos pelo Sistema.

Compreendemos, portanto, que a formação cumpre um papel essencial, criando alicerces para o monitoramento e a avaliação de fato ancorados nas premissas e bases conceituais e teórico-práticas adotadas pelo Sistema. É possível, nesse sentido, afirmar que estes processos, além de se constituírem intimamente respaldados na dimensão pedagógica, avançam em direção a uma compreensão interdisciplinar de seu objeto de análise (a política pública).

A dimensão pedagógica do Sistema MonitoraEA tem, entre suas funções, o propósito de romper a barreira do cientificismo e trazer a discussão das políticas para o cotidiano. Processos de monitoramento e avaliação, da forma como concebidos dentro do Sistema, abrem um panorama reflexivo, crítico e dialógico sobre a práxis das ações decorrentes das PPEA.

Na formação com o Ibama nota-se que, em primeiro lugar, o espaço dialógico propiciou trocas sobre as angústias e esperanças de cada sujeito envolvido a respeito do cenário político atual, das condições de trabalho, das expectativas com as políticas de educação ambiental. O processo todo foi envelopado pelo foco da escuta sensível, o que o converteu em um espaço acolhedor para participantes e, para os próprios facilitadores/equipe pedagógica. Esta característica estimulou em cada servidora e servidor público um movimento de interpretação crítica da política com que estão envolvidos como implementadores e/ou formuladores.

Outro ponto de destaque é a opção por processos, na medida do possível, coletivos, plurais e colaborativos, no contexto da dimensão pedagógica do MonitoraEA. O Sistema atua sempre fomentando a lógica coletiva, por meio da formação de comunidades dentro da sua plataforma digital para o monitoramento e a avaliação. Tal lógica, obviamente, se desdobra e tem rebatimento nos processos de aprendizagens promovidos dentro do sistema.

É possível perceber a materialização deste aspecto na formação aqui abordada, a partir da identificação de proximidades/afinidades territoriais e/ou temáticas, que levaram à composição de grupos, em um contexto baseado em trocas de experiências e saberes, que tornaram o aprendizado de fato coletivo, dialógico e afetivo, superando aspectos meramente técnicos, teóricos e aplicados.

A perspectiva político-pedagógica do monitoramento e avaliação das PPEA trazida pelo Sistema MonitoraEA está alicerçada no compromisso coletivo de transformação da realidade em direção à transição para sociedades sustentáveis (SPETH, 1992), pautado pelo questionamento de velhos paradigmas, "para que o novo possa emergir e se consolidar" (TROVARELLI, BATTAINI E SORRENTINO, 2021, p. 53), em direção à alternativas e iniciativas criativas e inovadoras. Sendo assim, estamos nos



referindo à articulação permanente entre processos (coletivos) reflexivos dentro do contexto do monitoramento e avaliação, considerando as várias dimensões da política pública.

O sistema MonitoraEA se constitui pedagógico à medida que seus três pilares (indicadores, plataforma e processos educadores) se articulam e acolhem a diversidade de políticas públicas de educação ambiental, independente do protagonista ser governamental ou não governamental, e, independente do nível e da escala de atuação.

Cada um dos três pilares, embora inter-relacionados e interdependentes, atuam em uma dimensão própria e, assim, podem ser compreendidos a partir de uma abordagem pedagógica específica. Os indicadores apontam caminhos para políticas serem compreendidas, revisadas e aprimoradas; a plataforma, por meio de suas técnicas e ferramentas tecnológicas, dão transparência às políticas cadastradas, estimulam a diversidade de atores a se conectarem formando comunidades colaborativas; enquanto os processos educadores atuam na integração e contínuo aperfeiçoamento dos primeiros pilares.

Tratar monitoramento e avaliação numa abordagem político-pedagógica se faz necessário para que possamos diminuir cada vez mais aquilo que separa o discurso da prática como recomendado por Paulo Freire (1982, 1992, 1996).

Deste modo, do ponto de vista do MonitoraEA, monitoramento e avaliação podem ser considerados como instrumentos político-pedagógicos, se tiverem como pressupostos processos democráticos participativos, críticos, inclusivos, plurais, coletivos, afetivos e contextualizados na realidade social, histórico, cultural, econômica, política, ecológica.

Dos caminhos percorridos

Dentro de uma abordagem qualitativa, que se orienta pela produção de ideias e pensamentos, com ênfase no papel da subjetividade (GONZÁLEZ REY, 2005) e na participação (BARBIER, 2004), considerando que as pessoas de um grupo estão mais aptas a conhecerem sua realidade do que os que estão fora dela, os caminhos percorridos ao longo da formação permearam os elementos de: escuta sensível, práxis, participação, coprodução, comunicação e memória dialogada e sistematizadora. Elencadas como diretrizes centrais no exercício dialógico da meta-análise com o grupo focal, o diálogo e a participação (individual e coletiva) compõem, associados com os demais acima mencionados, o modelo pedagógico idealizado e praticado durante o processo formativo com o Ibama.

Juntamente com o diálogo, a escuta sensível permitiu uma integração do grupo e a participação ativa de servidoras(es). Freire (1982) reflete sobre o falar dialógico, que é aquele que se fala “com” e não “a”, e é nessa fala que se pautam o diálogo, a escuta e a participação, com a possibilidade de se pensar sozinho e, também, de se refletir e dialogar em grupo.

As dimensões coletiva e participativa são partes inerentes à lógica do processo formativo. Uma metodologia utilizada, que exemplifica essas dimensões, foi o diagnóstico participativo que propiciou uma leitura crítica da realidade do Ibama a partir das suas políticas de EA.

A formação gerou a identificação, organização e sistematização das ações, por meio de uma imersão na reflexão do contexto institucional do órgão e das suas práticas e PPEA implementadas, estimulando um aprofundamento do conceito de políticas públicas e o empoderamento de servidoras e servidores envolvidos. Podemos considerar que o processo formativo trouxe a própria organização do trabalho da gestão ambiental pública do Ibama como o seu fazer pedagógico.

O processo de registro crítico das práticas de EA do Ibama, propiciou, ao mesmo tempo, a sistematização da experiência (HOLLIDAY, 2006; TROVARELLI, 2019), feita pelos sujeitos envolvidos com a mediação da equipe pedagógica facilitadora, e o exercício de monitoramento e avaliação das PPEA das quais são executoras e executores. Isso permitiu a compreensão do papel de cada um/uma como executor(a), formulador(a) e promotores(as) de PPEA, propiciando a autovalorização e a ressignificação de suas atividades. Neste contexto, compreende-se que esse movimento de reconhecimento e valorização das servidoras e servidores públicos que estão de fato à frente das políticas públicas de educação ambiental da instituição, além de auxiliar no empoderamento, como já mencionado, fortalece a própria PNEA.

A coprodução foi outro elemento que permeou o processo formativo. A construção colaborativa se deu nos registros das práticas dos participantes, na sistematização de experiências das PPEA, na avaliação e no monitoramento das PPEA (na plataforma e discutida em capítulos da presente publicação). Deste modo, esta publicação integra o processo de coprodução e também, é um meio de comunicar o que foi vivenciado e produzido, dando visibilidade para a sociedade sobre a atuação do Ibama no contexto da PPEA, que visa alcançar tanto participantes da formação, quanto o público externo.

A comunicação interna - oral, escrita e virtual - valeu-se de vários instrumentos e recursos, como o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), na plataforma *Moodle*, com os registros das atividades pedagógicas, reflexões individuais e coletivas, estimulando a interação, além de gerar uma produção coletiva de conteúdos em que todas e todos poderiam ser protagonistas.

A intencionalidade pedagógica colocada pela ANPPEA no processo formativo realizado, esteve impregnada da concepção de ensino-aprendizagem, no qual buscamos criticamente nos alimentar de diálogos e partilhas entre todas e todos e pelos conhecimentos dos servidores e das servidoras do Ibama que demonstravam suas paixões pelo Órgão e pela Educação Ambiental. Portanto, consideramos fundamental o exercício de meta-análise para que pudéssemos refletir sobre as práticas educadoras da ANPPEA.

Desafios e aprendizados para a ANPPEA

Considerando todo o rico e intenso processo realizado e as premissas que fundamentam o monitoramento e a avaliação do Sistema MonitoraEA, compreendemos como oportuno produzir uma análise crítica por parte da equipe pedagógica facilitadora, buscando dar materialidade aos produtos e aprendizados gerados, bem como, sistematizar e registrar os pontos positivos e as dificuldades encontradas. Nesse sentido, as estratégias reflexivas e críticas fomentadas são internalizadas - em processos de meta-avaliação - gerando novos resultados para o próprio Sistema.

Este processo interno de reflexão é aderente com a própria dimensão pedagógica da práxis. Madalena Freire diz que o ato de refletir é uma apropriação do pensamento e esta apropriação, esta reflexão, é o que liberta e instrumentaliza a educadora, o educador (FREIRE, 2011). A memória, quando registrada de forma dialogada e reflexiva, gera outras iniciativas, fortalece práticas positivas em andamento e aumenta a potência de ação.

Olhar, refletir e sistematizar experiências vividas é um ato de resistência, pois nas palavras de Madalena Freire:

Não fomos educados para olhar pensando o mundo, a realidade, nós mesmos. Nosso olhar cristalizado nos estereótipos produziu em nós paralisia, fatalismo, cegueira. Para romper esse modelo autoritário, a observação é a ferramenta básica neste aprendizado da construção do olhar sensível e pensante (FREIRE, 2011, s.p.).



Optou-se por um exercício reflexivo coletivo, baseado em diálogos dentro de um grupo focal, considerando que o olhar coletivo para uma experiência vivida, permite aprofundar e enriquecer as reflexões, por sua própria característica dialógica, promovendo intercâmbio das percepções e incluindo todos os participantes como sujeitos do processo, com o objetivo de conhecer a realidade para sua transformação (HOLLIDAY, 2006).

A construção desta memória dialogada, construída em um momento posterior à conclusão da formação desenvolvida, permitiu um olhar para o todo, trazendo compreensões do quão significativa se mostrou esta experiência, tanto do ponto de vista da relevância de suas políticas, quanto para o próprio Sistema MonitoraEA.

Atentando-se aos pontos conjunturais, um primeiro desafio presente desde o planejamento da formação partiu da necessidade de adaptação perante a pandemia da Covid-19, sendo preciso realizá-la integralmente virtual. Esta condição modulou todo o processo, indicando restrições, limites e oportunidades. Outro ponto sensível foi o contexto político brasileiro e, em específico, o cenário de fragilização das políticas ambientais no país, com influências diretas na atuação dentro do campo da Educação Ambiental³.

Quanto à diversidade territorial e cultural da atuação do Ibama, instituição de abrangência nacional, que lida de forma rotineira com realidades diferentes nas diversas regiões é, tanto um fator enriquecedor das discussões como pode, dependendo do contexto, apresentar algum desafio maior.

Outro ponto desafiador foi o tempo total da formação, que abarcou o período de um ano, com encontros mensais. Ainda, é importante destacar que, após a conclusão do processo formativo, os/as participantes seguiram envolvidos(as) e engajados(as) por um período adicional de cerca de seis meses para a elaboração dos manuscritos que resultaram nos capítulos que são apresentados na parte 2 desta publicação. Processos mais longos exigem maiores esforços por parte da equipe facilitadora em manter o engajamento. Nesse aspecto, salienta-se a boa adesão e engajamento dos servidores e servidoras até a conclusão da formação, destacando-se que os elementos pedagógicos e técnicas metodológicas como trabalhos em grupos e escuta sensível permitiram que houvesse um clima constante de apoio recíproco entre os(as) participantes, favorecendo que todos e todas pudessem chegar juntas ao final do processo.

Um último ponto avaliado foi a interação com as ferramentas de tecnologia empregadas na formação, em específico o Ambiente Virtual de Aprendizagem e a plataforma MonitoraEA. Constataram-se dificuldades iniciais de alguns participantes em identificar as características de cada uma das ferramentas e operá-las, entretanto avaliou-se que foi possível equacionar as diferentes situações, por meio do suporte individual permanente oferecido pela equipe de facilitação. O uso da plataforma do sistema MonitoraEA durante a formação propiciou, adicionalmente, que os participantes contribuíssem para a melhoria de vários elementos da plataforma, desde os textuais dos indicadores, até sugestões sobre funcionalidades do sistema.

Pensar nos desafios e aprendizados que o processo formativo com o Ibama proporcionou à ANPPEA ou, mais especificamente, à sua equipe pedagógica, nos remete a Brandão (2002, p. 304), quando diz que aprender significa “o crescimento da capacidade de integrar em esferas múltiplas da inteligência e da sensibilidade, redes de saberes e tessituras complexas de significados, de valores e também de afetos”.

3 Este contexto pode ser melhor compreendido no “Dossiê sobre o desmonte das Políticas Públicas de Educação Ambiental na gestão do Governo Federal (2019/2022)” organizado por Rosa, Sorrentino e Raymundo, 2022.

Neste sentido, podemos afirmar que entre desafios e aprendizados, a caminhada posicionou os participantes - servidoras e servidores do Ibama e equipe de facilitação da ANPPEA - em um ato político-pedagógico de ousadia e esperança. Ousadia por nos comprometermos com um extenso processo formativo sem orçamento para viabilizá-lo e em um contexto político de desmonte. Esperança, na busca contínua por pensar e implementar alternativas criativas e inovadoras para viabilizar o necessário movimento de mudança, de intervenção, de geração de impactos socioambientais positivos, por meio do fortalecimento das PPEA.

Para a ANPPEA, ter enfrentado suas fragilidades internas e riscos externos foi um aprendizado que faz parte dos sonhos coletivos e, "para tornar concreto um sonho político obriga-o a experiências arriscadas, mas se você não passa por essas experiências, então não permite que seu sonho se torne realidade" (FREIRE & SHOR, 1986, p. 69).

Vivenciamos assim o constante equilíbrio da ousadia e da esperança compreendendo que processos formativos são essenciais para avançarmos no ciclo das políticas públicas de educação ambiental, ou seja, desde a percepção do problema público, formulação, implementação até o monitoramento e a avaliação. Portanto, um dos grandes aprendizados é que diante das ameaças e dos medos é preciso persistir nas convicções de construir sociedades sustentáveis e, para isso, é necessário caminhar, mesmo que não seja em um contexto de grandes transformações os pequenos passos precisam existir, como atos políticos cotidianos.

Somos todos aprendizes e educadores

Teceremos algumas considerações, que obviamente não são finais, a partir deste princípio do "Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global" - "Somos todos aprendizes e educadores".

O olhar para dentro e para fora do que foi vivenciado, ao mesmo tempo, permitiu um exercício dialógico que auxiliou na sistematização.

A sistematização é um processo de construção de conhecimentos. Durante o exercício de sistematizar é feita a reflexão crítica sobre a experiência e, a partir de então, podemos reconfigurar a teoria que embasa nossas práticas pedagógicas, abrindo caminhos para reinvenção de conceitos, métodos e técnicas (TROVARELLI, 2019, p. 334).

Este exercício buscou registrar, refletir e sistematizar alguns aspectos pedagógicos da formação, bem como da dimensão formativa do Sistema MonitoraEA de modo geral. Um primeiro consenso coletivo foi a compreensão de que somos todos sujeitos do processo. A equipe da ANPPEA se colocou e se enxergou como aprendiz e educanda em aprendizado contínuo.

Nas relações estabelecidas no processo de ensino-aprendizagem junto ao Ibama pudemos vivenciar a criticidade de mão dupla, em que o diálogo estava pautado pela democracia, valorização da diversidade de saberes, horizontalidade, respeito e a sensibilidade de ouvir e refletir sobre os pressupostos do outro, em um sentido em que o "dialogar significa encontrar tempo para perceber o que se passa nas nossas mentes e dos outros, sem fazer julgamentos ou chegar a conclusões" (LUCA, ANDRADE, SORRENTINO, 2012, p. 594).

É preciso destacar que este exercício meta-analítico ora relatado permitiu, ao fim, potencializar os intensos aprendizados vivenciados pela equipe facilitadora e sedimentar um novo patamar de maturidade à ANPPEA.



Referências Bibliográficas:

- BARBIER, R. **A Pesquisa-Ação**. Brasília: Liber Livro Editora, 2004.
- BRANDÃO, C. R. **A educação popular na escola cidadã**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BRASIL. Lei n. 9795 de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1999.
- FREIRE, Madalena. **Observação, registro e reflexão. Instrumentos Metodológicos I**. 2ª ED. São Paulo : Espaço Pedagógico, 1996.
- FREIRE, Madalena. **Observação Registro e Reflexão. 1. Educando o Olhar da Observação Educando o Olhar da Observação**. 2011 Disponível em: <https://continuandoformacao.blogspot.com/2011/07/observacao-registro-e-reflexao.html>. Acesso em 16/08/2022.
- FREIRE, P. **Virtudes do educador**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1982.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. 10.ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986. 224 p.
- GONZÁLEZ REY, F. L. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- HOLLIDAY, O. J. **Para sistematizar experiências**. 2.ed. revista. – Brasília: MMA, 2006.
- LUCA, A. Q.; ANDRADE, D. F. SORRENTINO, M. **O Diálogo como Objeto de Pesquisa na Educação Ambiental**. Educ. Real., Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 589-606, maio/ago. 2012. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade Acesso em junho de 2022.
- MORIMOTO, I. A.; SOUZA, J. B. de; SILVA, J. M. B. da; ARAÚJO; M. A. M. de; ROCHA, M. J. C. Reflexões e Práticas da Educação Ambiental do IBAMA à luz das Dimensões e dos Indicadores do Sistema Brasileiro de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas de EA. In: Raymundo, M. H. A. et al (org.). **Avaliação e monitoramento de políticas públicas de educação ambiental no Brasil: transição para sociedades sustentáveis** [recurso eletrônico] / Piracicaba: MH-Ambiente Natural, 2019. p. 249-270.
- ROSA, A. V.; SORRENTINO, M.; RAYMUNDO, M. H. A. **Dossiê sobre o desmonte das Políticas Públicas de Educação Ambiental na gestão do Governo Federal: 2019-2022**. Brasília: EAResiste, 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1snHOcumiQJF7NWmlzn5yfcXMSMhjauH2/view>. Acesso em 18/08/22.
- RAYMUNDO, M. H. A.; BRANCO, E. A.; BIASOLI, S. A.; SORRENTINO, M. MonitoraEA: Processo Participativo para a Construção do Sistema Brasileiro de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental. In: Raymundo, M. H. A. et al (org.). **Avaliação e monitoramento de políticas públicas de educação ambiental no Brasil: transição para sociedades sustentáveis** [recurso eletrônico] / Piracicaba: MH-Ambiente Natural, 2019. p. 27-41. doi: 10.29327/510289-1
- SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. Ed. Cengage, 2ª edição, 2013.
- SPEETH, J. G. The transition to a sustainable society. **Proc. Nati. Acad. Sci. USA** Vol.89, pp.870-872, February 1992. Colloquium Paper. <https://doi.org/10.1073/pnas.89.3.870>

TROVARELLI, R.A. Sistematização de Experiências e Ressignificação de Práticas na Educação Ambiental. In: Raymundo, M. H. A. et al (org.). **Avaliação e monitoramento de políticas públicas de educação ambiental no Brasil: transição para sociedades sustentáveis** [recurso eletrônico] / Piracicaba: MH-Ambiente Natural, 2019. p. 333-338.

TROVARELLI, R. A.; BATTAINI, V.; SORRENTINO, M. A transição para sociedades sustentáveis: uma abordagem a partir de processos educadores. **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol.16, n.1, 2021. p. 52-68. DOI: <http://dx.doi.org/10.18675/2177-580X.2021-13170>

